

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Destaques	2
Título: Preço do petróleo cai para US\$ 20 e atinge menor valor em 18 anos	2
Título: Setor do alumínio enfrenta grande excesso de produção.....	4
Título: Eletrobras adia previsão de privatização para 2021.....	6
Título: Oferta da Eneva em compasso de espera	7
Título: Kits de teste comprados pela Vale chegam ao Brasil	9
Título: Distribuidoras declaram ‘força maior’	11
Título: Empresas investem para limpar matriz energética	12
Título: Reduzir pegada de carbono passa a ser estratégico.....	14
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	16
Título: A pandemia e os paradigmas energéticos	16
Título: Mosqueteiros?	17
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	17
Título: Dispersão de energia	17
Título: Com crise, governo adia leilões de energia elétrica.....	18
Título: Empréstimo pode ser solução, dizem distribuidoras.....	20
VEÍCULO: O Globo.....	21
Título: Eletrobras e Petrobras vão testar seu pessoal.....	21

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 31/03/2020****Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques****Vale em Brumadinho**

A prefeitura de Brumadinho (MG) decidiu manter paralisados os trabalhos dos funcionários da Vale e de empresas terceirizadas que vinham atuando na recuperação de áreas atingidas pelo rompimento de uma das barragens de minério de ferro da mineradora no início do ano passado. Os trabalhos da Vale estão suspensos pela prefeitura desde o dia 21, com o intuito de reduzir a circulação de pessoas pela cidade. A medida, tomada por meio de um decreto municipal, afetou também todo o comércio considerado não essencial e se enquadra nas ações para reduzir o risco de transmissão de coronavírus. O decreto previa que as atividades ficariam suspensas até ontem. Mas em uma reunião ocorrida ontem na prefeitura com empresários do comércio, a decisão foi revista.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 31/03/2020****Seção: Empresas****Autor: David Sheppard e Derek Brower — Financial Times, de Londres****Título: Preço do petróleo cai para US\$ 20 e atinge menor valor em 18 anos**

O preço do petróleo caiu abaixo dos US\$ 20 nos Estados Unidos ontem, perto do menor patamar em 18 anos, com operadores apostando que a produção terá de ser interrompida com o colapso da demanda provocado pela pandemia do coronavírus.

A indústria petrolífera global enfrenta a maior queda na demanda de sua história, com operadores e analistas prevendo que o consumo de petróleo poderá cair até 25% no mês que vem por causa dos grandes confinamentos que estão sendo feitos no mundo ocidental em razão da propagação da pandemia.

O petróleo referência dos EUA, o West Texas Intermediate (WTI), atingiu a marca de US\$ 19,85 o barril ontem, uma queda de mais de 7%, mas posteriormente recuperou-se um pouco e sendo negociado acima dos US\$ 20 na parte da tarde na Europa. O WTI fechou o dia cotado a US\$ 20,09, queda de 6,6%. O primeiro contrato do petróleo do tipo Brent, a referência internacional, caiu quase 13% para US\$ 21,76 o barril, o menor preço desde 2002. No fim do

pregão fechou com queda de 8,7%, a US\$ 22,76. O segundo contrato, para junho, terminou em US\$ 26,42.

Os preços do petróleo caíram perto de 50% somente no último mês, depois que as quarentenas decretadas na Europa e América do Norte cortaram a demanda pela commodity. Ao mesmo tempo em que a demanda colapsou, a oferta de petróleo também aumentou rapidamente por causa da guerra de preços entre a Arábia Saudita e a Rússia. Ontem, a Arábia Saudita disse que pretende aumentar as exportações ainda mais, mesmo com a queda do consumo doméstico durante a pandemia.

Operadores agora acreditam que o excedente poderá se aproximar de 25 milhões de barris por dia no mês que vem, nível que poderá sobrecarregar a capacidade de armazenagem mundial dentro de semanas.

“Este é um colapso histórico dos preços e ele ainda não acabou, na medida em que o sistema fica sem espaços físicos para colocar todo esse petróleo”, afirma Jason Bordoff, um ex-assessor de energia do governo Obama e fundador do Centro de Política Energética Global da Universidade Columbia. “O problema para o xisto será grave. Veremos uma aceleração da interrupção da produção.”

Os preços deverão continuar pressionados enquanto o mercado não se ajustar. Os produtores provavelmente serão forçados a paralisar a produção numa escala jamais vista na moderna indústria do petróleo. Ontem, o WTI negociado abaixo dos US\$ 20 o barril, foi a primeira vez que isso aconteceu desde 2002 em condições de negócios normais.

Produtores de custos mais altos, como os de xisto nos Estados Unidos e os de areias betuminosas no Canadá, não são lucrativos com os preços nesses níveis, embora as empresas acreditem que outros produtores interromperão primeiro a produção.

A velocidade e tamanho da queda dos preços, que levaram o petróleo para os patamares em que ele caiu durante o último crash, em 2014-16 e durante a crise financeira, poderão forçar um rápido ajuste de contas no setor. Na semana passada, os produtores de energia dos EUA já fizeram o maior corte no número de plataformas de perfuração em operação em cinco anos, segundo dados da Baker Hughes.

Analistas calculam que a indústria do petróleo dos Estados Unidos, que cresceu na última década a ponto de tornar a América o maior produto mundial de petróleo, poderá encolher até 2,5 milhões de barris por dia até o fim do ano que vem, em relação à produção atual de 13 milhões de barris/dia.

Outros pontos de produção considera mais cara, como o Mar do Norte e os pequenos campos da Ásia, também sofrerão o aperto. As maiores companhias de petróleo do mundo já anunciaram reduções nos investimentos ou estão estudando planos de redução das aplicações.

Mathios Rigas, presidente executivo da produtora de gás Energean, disse que as empresas mais fracas terão problemas, como muitas podendo quebrar. “Veremos muitas paralisações e adiamentos em decisões de investimentos”, acrescentou Rigas. “Estamos num mundo diferente mas haverá sobreviventes”, afirmou o especialista, acrescentando que algumas empresas verão oportunidades para investir enquanto outras recuarão.

Os Estados Unidos pressionaram a Arábia Saudita para que ela recue na decisão de aumentar a oferta, mas isso teve pouco impacto. A Arábia Saudita iniciou uma guerra de preços neste mês, depois de um choque com a Rússia sobre como responder ao golpe à demanda causado pelo coronavírus. Mas cada vez mais é a queda na demanda que está preocupando a indústria do petróleo, com aviões em solo, sem poder voar, trabalhadores deixando seus carros parados para trabalhar de casa e fábricas interrompendo suas atividades.

Bjornar Tonhaugen, diretor de Mercados de Petróleo da consultoria Rystad Energy, disse que a queda da demanda mundial foi o fato principal por trás da queda dos preços do petróleo, ofuscando o efeito da guerra de preços que vem sendo travada entre a Arábia Saudita e a Rússia.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/03/2020

Seção: Empresas

Autor: Neil Hume — Financial Times

Título: Setor do alumínio enfrenta grande excesso de produção

A indústria do alumínio enfrenta um grande excesso de oferta que poderia levar à perda de milhares de empregos, uma vez que a pandemia de coronavírus está forçando clientes importantes a suspenderem a produção. A demanda pelo metal leve, usado na fabricação de automóveis e latas de bebidas, por exemplo, vai cair 8% neste ano, refletindo as graves paralisações das maiores economias mundiais, segundo afirma a consultoria CRU.

Montadoras como Peugeot, Volkswagen e Ford já reduziram a produção em fábricas na Europa e América do Norte por causa das medidas de quarentena e da queda de demanda por veículos.

Como resultado, a produção de alumínio poderá ultrapassar o consumo mundial em 6 milhões de toneladas este ano, ou 4 milhões de toneladas se os grandes produtores, que incluem a Alcoa e a Rio Tinto, se movimentarem rapidamente para desligar algumas de suas fornalhas.

Colocando esses números em perspectiva, o excesso de produção que se seguiu à crise financeira global, uma década atrás, chegou a 3,9 milhões de toneladas, total que o setor levou anos para digerir. “Haverá um excedente global considerável”, disse Eoin Dinsmore, analista da CRU. “Será impossível evitar isso”, completou.

A CRU calcula que equipamentos que produzem 900 mil toneladas de alumínio por ano serão desligadas na China neste ano. No resto do mundo esse número poderá superar 1 milhão de toneladas. “Esperamos uma redução dos grandes produtores e eles estarão centrados na Europa e Austrália”, acrescentou Dinsmore.

Em abril do ano passado a Alcoa pôs sob revisão metade de sua carteira de fundição de alumínio de 3 milhões de toneladas/ano, enquanto a Rio Tinto ameaçou fechar fábricas na Islândia e Nova Zelândia se não conseguisse negociar preços menores de energia com as companhias locais de serviços públicos.

Os preços do alumínio estão sob pressão desde que atingiram o pico de mais de US\$ 2.500 dois anos atrás, depois que os EUA impuseram sanções à Rusal, maior produtora fora da China. O preço do metal firmou-se num patamar mais baixo por causa da demanda fraca, atingindo na semana passada o nível mais baixo em quatro anos, menos de US\$ 1.600 a tonelada.

Na sexta-feira a En+, controladora da Rusal, anunciou queda de 30% no lucro líquido anual, que ela atribuiu à demanda deprimida, e disse que não distribuirá dividendos. Com metade da capacidade global de alumínio agora deficitária, Colin Hamilton, analista da BMO Capital Markets, espera resposta mais agressiva do setor do que a CRU.

“Estamos modelando 4,2 milhões de toneladas por ano de capacidade ociosa até o terceiro trimestre, ou 7% da atual capacidade produtiva”, disse ele. “Após os ajustes, acabamos com um excedente de 1,35 milhão de toneladas, o maior desde 2010.” Ele acrescentou: “Indiscutivelmente, são necessários cortes nas fundições.”

O mercado de alumínio, que movimenta 60 milhões de toneladas por ano, tem um histórico variável nas respostas aos choques de demanda. Após a crise financeira global, os produtores não conseguiram segurar rapidamente a produção e o metal se acumulou ao redor do mundo.

Como resultado, quantidades enormes de alumínio foram parar nos depósitos da London Metal Exchange, onde operadores tiraram vantagem do crédito barato para comprar o metal a preços baixos, estocá-lo e vender no mercado futuro com lucro, usando uma estrutura de mercado conhecida como “contango”.

Quando houve recuperação da demanda, longas filas se formaram para a entrega de alumínio, o que provocou reclamações furiosas dos usuários do metal e uma investigação das autoridades reguladoras dos EUA. Dado o tamanho do excedente projetado, as operações “contango” poderão se tornar viáveis novamente e ajudar a absorver o excedente do metal nos próximos meses, segundo Hamilton.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/03/2020

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Eletrobras adia previsão de privatização para 2021

A Eletrobras já trabalha com o adiamento do processo de capitalização, que resultará na privatização da empresa, para 2021. A operação, que estava nos planos da companhia para ocorrer ainda neste ano, deverá ser postergada devido aos efeitos da pandemia do novo coronavírus.

“[A privatização deve ocorrer] só em 2021”, disse ontem o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, em entrevista coletiva sobre o resultado da elétrica em 2019, um lucro de R\$ 10,7 bilhões.

Segundo o executivo, diante do novo cenário, o projeto de lei 5.877/2019, que trata do plano de capitalização e privatização da Eletrobras e estava previsto para ser apreciado pelo Congresso no primeiro semestre, deverá ser discutido na segunda metade do ano. Isso porque, os parlamentares deverão se concentrar neste momento nos temas emergenciais de combate aos efeitos da crise gerada pela pandemia.

“Acredito que o governo deve enfrentar primeiro essas prioridades que ele está colocando agora. Tem muita coisa para ser tratada no que diz respeito às

emergências”, disse o executivo. “A gente trabalhava com a perspectiva de ter o PL aprovado no primeiro semestre. Muito provavelmente, ele vai se deslocar para o segundo semestre”, completou.

O efeito do surto do coronavírus também afetou o recém-lançado plano de negócios da empresa para 2020-2024, que prevê investimentos de R\$ 32,4 bilhões ao longo do período. Segundo Ferreira, o plano foi elaborado com base em premissas adotadas antes da pandemia. Com isso, o conselho de administração deliberou que a empresa faça uma reavaliação do documento até o fim de maio.

Dos R\$ 32,4 bilhões de investimentos previstos, R\$ 13,9 bilhões são referentes à conclusão da usina nuclear de Angra 3. Ferreira explicou que essa quantia não deverá ser desembolsada pela Eletrobras, e sim pelo parceiro internacional que venha a fechar negócio, por meio da chamada pública que o governo pretende realizar, no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI).

Com relação à usina, a Eletrobras adiou em onze meses a previsão de início de operação do projeto, para novembro de 2026.

Questionado anteriormente em teleconferência com analistas sobre a situação atual da Eletrobras para lidar com a crise, Ferreira disse que a empresa possui um caixa robusto, de R\$ 6,8 bilhões (incluindo as subsidiárias, esse montante sobre para R\$ 10,8 bilhões). “Temos uma posição robusta de caixa. Isso é muito importante para enfrentar esses dias”, completou.

O executivo contou que, para este ano, estava prevista uma operação de rolagem de dívida com vencimento para 2021. Ele, no entanto, disse que a companhia não precisa de captações, nem de aportes, para cumprir o programa de investimentos deste ano. De acordo com o plano 2020-2024, a Eletrobras prevê investir R\$ 5,3 bilhões. Ferreira, porém, disse que a empresa tem investido cerca de R\$ 4 bilhões por ano.

Com relação à venda de ativos, a Eletrobras prevê alienar a participação em 39 sociedades de propósito específico (SPEs) até o fim deste ano. A meta da empresa é fechar 2020 com 62 SPEs.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/03/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima e Rodrigo Polito — De São Paulo e do Rio

Título: Oferta da Eneva em compasso de espera

Terminou ontem o prazo que a AES teria, em tese, para convocar uma assembleia de acionistas para deliberar sobre a proposta da Eneva

Terminou ontem o prazo que a AES Tietê teria, em tese, para convocar uma assembleia de acionistas a fim de deliberar sobre a proposta de combinação de negócios feita pela Eneva.

A oferta, que precisa ser aprovada pelos acionistas das duas companhias, tem validade até 30 de abril, data que foi reiterada recentemente por executivos da Eneva. Pelas regras da Comissão de Valores Mobiliários, a assembleia teria que ser chamada com, no mínimo, um mês de antecedência - ou seja, até ontem. Nos bastidores, porém, a AES Tietê entende que a convocação não precisa ser realizada nesta data.

Além disso, a geradora paulista tem reiterado que não recebeu da Eneva informações suficientes para avaliar o negócio, que classifica como uma “oferta hostil de incorporação”. Em carta enviada à Eneva divulgada na semana passada, a AES escreve que “nenhuma informação relevante foi enviada até o momento, nem mesmo na reunião entre diretorias no dia 19. Como exemplo de informações fundamentais faltantes, podemos citar a estrutura legal da transação, potenciais sinergias, embasamento legal para uso do ágio e do prejuízo fiscal”. Assim, prossegue a carta, a companhia não pode “em termos práticos e legais” avançar nas tratativas com a Eneva.

As empresas chegaram a se reunir, virtualmente, em meados de março. Segundo a AES Tietê, a Eneva realizou uma “apresentação institucional” na ocasião. Por sua vez, a Eneva considera que foram apresentados todos os aspectos relevantes da transação.

Anunciada em 1º de março, a proposta de combinação de negócios entre as geradoras envolve um total de R\$ 6,6 bilhões, sendo 60% em ações da nova companhia e 40% em dinheiro. O negócio tem potencial para criar uma das maiores geradoras privada de energia de capital predominantemente nacional no mercado elétrico brasileiro.

Embora tenha sido bem recebida pelo mercado, a oferta não contou com a mesma reação por parte de alguns minoritários da AES Tietê. Como mostrou o **Valor**, Luiz Barsi Filho, maior investidor pessoa física da empresa, considera que a proposta “não é nem oportuna e nem interessante, por enquanto”. Outro minoritário importante, o BNDES - por meio de seu braço de participações -, chegou a se reunir com os controladores da AES, mas ainda não tinha avaliação formada.

Já a Eletrobras, detentora de 7,94% do capital da geradora paulista, está estudando a proposta, afirmou o presidente da estatal, Wilson Ferreira Junior “Temos uma participação pequena. Estamos estudando”, disse o executivo ontem, em teleconferência com analistas. Segundo ele, a área financeira da Eletrobras ainda não encaminhou nenhum posicionamento para a diretoria. “[A proposta] é objeto de maior atenção e faremos isso [tomar uma decisão] brevemente.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/03/2020

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes — Do Rio

Título: Kits de teste comprados pela Vale chegam ao Brasil

Foram desembarcadas 500 mil unidades de teste rápido para novo coronavírus, de um total de 5 milhões, comprados pela mineradora na China

O primeiro lote de kits de teste rápido para o novo coronavírus comprado pela Vale na China chegou ontem ao Brasil em um voo da Emirates, que pousou no aeroporto de Guarulhos (SP) no fim da tarde. São 500 mil unidades de um total de 5 milhões de kits adquiridos pela companhia da produtora de testes chinesa Wondfo. O material vai atender as demandas do Ministério da Saúde e estará todo disponível no país até o fim de abril.

Os 5 milhões de kits para teste rápido são parte de “ajuda humanitária” feita pela Vale para o combate ao novo coronavírus. A mineradora colocou sua infraestrutura logística na China, onde está presente há muitos anos, para ajudar o Brasil, disse Luiz Eduardo Osorio, diretor-executivo de relações institucionais, comunicação e sustentabilidade da Vale. Ele afirmou que cabe à empresa comprar os kits de teste rápido do fornecedor chinês e entregá-los, no Brasil, ao Ministério da Saúde, que se encarrega da distribuição. Os kits estão sendo repassados pela empresa ao governo na forma de doação. O teste, produzido pela Wondfo, tem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Embora a Vale tenha longa relação com a China - seu principal mercado -, e possua escritórios e uma rede de relações no país, a compra dos kits de teste rápido não é, necessariamente, uma tarefa trivial em tempos de pandemia. O desafio, nos dias atuais, é encontrar fornecedores com capacidade de produção disponível uma vez que o mundo inteiro está requerendo testes.

“Tentamos colocar toda nossa estrutura na China para trazer o máximo de equipamentos e testes para ajudar o país”, disse Osorio. Ele afirmou que o número de 5 milhões de kits foi acordado com o Ministério da Saúde. A Vale se encarregou desse volume e cifra idêntica está sendo comprada por outras instituições privadas, disse o executivo. O governo também anunciou que está comprando testes do novo coronavírus. A mineradora também ofereceu ajuda ao governo para adquirir na China equipamentos de proteção individual, como máscaras.

Osorio afirmou que, com base em experiências de outros países, a realização de testes é importante, com destaque para a testagem em profissionais de saúde, além de outros públicos-alvo. Ele disse que é “fundamental” que a rede do Sistema Único de Saúde (SUS) esteja equipada para testar o novo coronavírus com frequência, e proteger os profissionais de saúde. A proteção, segundo ele, se dá via equipamentos de segurança, entre os quais estão máscaras cirúrgicas. A Vale está negociando com fornecedores a compra de máscaras - outro item muito demandado no mundo inteiro - e, portanto, a empresa não informa o número de unidades que poderá comprar.

Também ontem a Vale anunciou, em parceria com o Hospital Israelita Albert Einstein e a Rede Mater Dei de Saúde, o lançamento do edital “Vale COVID-19 Desafio” para apoiar soluções que reduzam os impactos da doença, com foco nas áreas de prevenção e rastreamento de risco, triagem e diagnóstico, monitoramento e acompanhamento de pacientes, e cuidados intensivos. O apoio será feito por meio de aportes financeiros ou conectando parceiros para que essas soluções possam ser colocadas em prática em até 15 dias, com investimento máximo de US\$ 1 milhão. As propostas podem ser enviadas até domingo.

Outra preocupação da Vale é desenvolver ações contra a pandemia nos Estados onde opera, caso, por exemplo, do Pará e Minas Gerais. Investiu R\$ 1,5 milhão na reforma e ampliação de ala de internação do Hospital Municipal de Parauapebas, onde estão as reservas de Carajás. Serão acrescentados 40 novos leitos de unidade semi-intensiva, aptos a receberem pacientes com sintomas graves da Covid-19. A Vale também apoia a ampliação de leitos de UTI do Hospital Eduardo de Menezes, em Belo Horizonte.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 31/03/2020****Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos — De São Paulo****Título: Distribuidoras declaram 'força maior'**

Empresas do ramo avisam usinas de etanol que poderão deixar de receber e pagar pelo produto

A BR Distribuidora, a Raízen Combustíveis e algumas distribuidoras menores declararam “força maior” em contratos de compra de etanol na sexta-feira passada diante da forte queda das vendas de combustíveis nos últimos dias. Isso significa dizer que essas empresas, em tese, poderão deixar de receber - e de pagar - o biocombustível de seus fornecedores. Comunicados foram enviados a usinas das regiões Centro-Sul e Nordeste.

A Raízen afirmou, em nota ao **Valor**, que a iniciativa foi tomada “o quanto antes possível” para que as usinas, que estão começando a produção da safra 2020/21, possam se planejar. “Embora ainda não estejam claros, neste momento, todos os impactos que esta crise trará para as suas operações, a Raízen está focada em fortalecer suas parcerias estratégicas com fornecedores de etanol. Nesse sentido, optamos, como outras empresas do setor, por dar a notícia sobre o evento de força maior em curso o quanto antes possível, de maneira a permitir que os fornecedores possam planejar suas operações com base nisso”, disse a companhia.

A BR Distribuidora também declarou força maior, segundo a agência Bloomberg. Procurada, a companhia não concedeu entrevista.

Raízen e BR representam 37% das vendas totais de etanol hidratado e 40% das vendas de gasolina C (com 27,5% de etanol anidro) no país. Outras distribuidoras menores também acionaram o mecanismo.

Em alguns comunicados enviados às usinas, as distribuidoras não detalharam qual foi a queda das vendas nas últimas semanas, disse ao **Valor** uma fonte que teve acesso a algumas cartas. Agentes da cadeia têm apresentado números que vão desde redução de 40% a 70%, contando desde as primeiras medidas restritivas à circulação adotadas pelos governos estaduais e municipais.

Segundo um trader, as compras de etanol pelas distribuidoras não cessarão, mas os volumes acertados nos contratos podem cair de forma substancial para atender à demanda mínima do momento.

Para o advogado Jorge Cesa, especialista em contratos e sócio do Souto Correa Advogados, “manifestações gerais sobre caso fortuito podem ser excessos”, e mesmo casos de força maior “não geram alteração do contrato”, que em geral é negociada pelas partes envolvidas.

Para mitigar os impactos do coronavírus e do derretimento dos preços de combustíveis, produtores e distribuidores discutiram virtualmente ontem alternativas de curto prazo com representantes do **Ministério de Minas e Energia (MME)**, com o objetivo de estimular o etanol hidratado a ganhar espaço no reduzido mercado de ciclo Otto deste ano.

Conforme apurou o **Valor**, a área técnica do governo propôs aumento pontual da Cide sobre a gasolina e o diesel, com posterior redução, e uso dos recursos arrecadados em um fundo de estabilização, que poderá ser utilizado para subsidiar valores menores ao consumidor quando os preços voltarem a subir no mercado. As usinas se posicionaram contra a alta da Cide para o diesel - principal custo de produção na área agrícola.

Outra proposta da área técnica é mudar a base de cálculo do ICMS sobre a gasolina de 15 dias para 12 meses - minimizando a queda recente de preços sobre o cálculo do imposto e o valor final do fóssil.

Também foi discutida a criação de um imposto de importação sobre a gasolina e o fim da cota de etanol importado sem a alíquota de 20%. A primeira proposta encontra a resistência do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP).

O MME ainda considera propor ao Ministério da Economia a suspensão de PIS e Cofins sobre o etanol hidratado por seis meses.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/03/2020

Seção: Suplementos

Autor: Roberto Rockmann — Para o Valor, de São Paulo

Título: Empresas investem para limpar matriz energética

Grandes companhias ampliam projetos de fontes renováveis

As mudanças climáticas e a competitividade crescente das fontes eólica e solar estão fazendo empresas investirem em energia renovável, seja como consumidores, seja como autoprodutores, de olho em reduzir as contas de luz e a pegada ambiental de suas operações industriais.

A L'Oréal trabalha em várias frentes para tornar sua matriz energética mais sustentável. A subsidiária brasileira deve implementar este ano um projeto para substituir gás natural por biogás em suas caldeiras. Em transportes, a ideia é estimular a cadeia de fornecedores a usar o biogás nos caminhões que transportam seus produtos. No Rio de Janeiro, a empresa identificou um posto de combustível que poderia abastecer os veículos com biogás, que poderia formar um eixo entre Rio e São Paulo para reduzir as emissões da cadeia de transportes, informa Gerald Vincent, diretor de propriedades & EHS L'Oréal Brasil.

Em energia elétrica, a estratégia é investir em compra de energia eólica no mercado livre e em contratos de geração distribuída solar, com o objetivo de ter uma matriz totalmente renovável. Ano passado, a empresa firmou acordo com a Engie para compra de energia eólica por três anos, até 2021. Já conversa com a geradora para renovar o acordo. “Evitamos a emissão de sete mil toneladas de CO2.

A Honda decidiu investir na construção de um parque eólico, em resposta à meta global de reduzir em 50% as emissões de CO2 até 2050. A empresa foi uma das pioneiras em energia eólica, em 2011, quando escolheu a cidade de Xangri-Lá (RS) para fazer investimentos. A boa infraestrutura rodoviária e portuária do Rio Grande do Sul contou na decisão naquele momento, além do fator de capacidade regional. A usina começou a gerar em 2015.

Neste mês, a empresa anunciou a construção de mais uma torre, ampliando para dez o número de aerogeradores. A Honda Energy passa a suprir a demanda energética de sua segunda fábrica de automóveis, em Itirapina (SP), assegurando que a produção da marca no Brasil seja suprida, em sua totalidade, com energia limpa e renovável, informa Mauricio Imoto, diretor da Honda Automóveis e vice-presidente da Honda Energy.

A Ambev trabalha com a meta de garantir que 100% da eletricidade comprada pela companhia seja proveniente de fontes renováveis até 2025. Uma das marcas da empresa, a Budweiser, vai ser a primeira cerveja 100% produzida e distribuída com energia limpa.

Será construído um parque eólico na Bahia com potência superior a 80 MW. A expectativa é de que ele fique pronto no início de 2022 e abasteça as cinco cervejarias Budweiser no país. Quando for concluído, vai contribuir para que 20 mil toneladas de dióxido de carbono deixem de ser emitidas a cada ano. “Também vamos construir 31 usinas solares para abastecer nossos centros de distribuição direta”, diz Carla Crippa, vice-presidente de relações corporativas da Ambev.

Além disso, o Centro de Inovação Cervejeira (CIT), no Rio de Janeiro, já é totalmente abastecido com energia solar, graças a mais de duas mil placas solares instaladas no local.

Em 2011, a Algar Telecom identificou que sua principal fonte de poluentes vinha do consumo de energia. Dois anos depois, passou a gerar energia solar fotovoltaica com 28 painéis na região de Uberlândia (MG). Outro passo dado foi acordo com a CPFL para a construção da fazenda solar Capim Branco, que fornece energia para 280 estações da Algar Telecom em Minas Gerais. Segundo Cristiana Heluy, líder de comunicação e sustentabilidade da Algar, a empresa iniciou a construção de uma segunda usina solar de 5,8 MW em 2019. “A expectativa é que 65% de toda a energia utilizada pela Algar Telecom seja proveniente de fontes limpas até o fim deste ano.”

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 31/03/2020

Seção: Suplementos

Autor: Marinete Veloso — Para o Valor, de São Paulo

Título: Reduzir pegada de carbono passa a ser estratégico

Incluir em seus planos estratégicos projetos capazes de reduzir ou compensar as emissões de carbono na atmosfera tornou-se, para as organizações, uma exigência de mercado, sem caminho de volta. “Cada vez mais instituições financeiras e fundos de investimentos cobram boas práticas de sustentabilidade para financiar empreendimentos e empresas”, diz Maurício Bähr, CEO da Engie Brasil.

A vocação da CDP, por exemplo, ONG internacional formada por um grupo de investidores, é organizar e administrar um banco de dados ambientais coletados de empresas, cuja finalidade é nortear a tomada de decisão de investimentos. “Hoje são 525 investidores signatários, com US\$ 96 trilhões em ativos sob gestão e um portfólio de pesquisa de oito mil organizações no mundo”, informa Lauro Marins, diretor executivo da CDP para a América Latina. Segundo ele, outro vetor que revela a importância do tema são os índices de carbono já incorporados às Bolsas de Valores. “Empresas que têm bom desempenho ambiental, performam melhor na Bolsa”, avalia.

Para o professor Leonardo Marques, da Coppead-UFRJ, o Brasil registrou grandes avanços nos últimos dez anos, mas as iniciativas ainda se inserem no âmbito voluntário, por pressão do mercado, diferentemente do que acontece

em alguns países vizinhos, como Argentina, Chile, Colômbia e México, que já operam com precificação. “Na Argentina, todo combustível vendido traz um imposto extra embutido. Quanto maior a intensidade de carbono, maior a taxa.”

Empresas com projetos sustentáveis ouvidas pelo **Valor** são unânimes em reconhecer a urgência dessa pauta. A Votorantim Cimentos atua em várias frentes e a principal delas é a de substituir o coque de petróleo, principal componente na fabricação do cimento, por combustíveis alternativos como caroço de açaí, babaçu e lixo urbano. Com isso, nos 11 países onde atua, conseguiu reduzir 18,6% de CO₂ por tonelada de cimento produzido, de 1990 a 2018, como informa Fábio Cirilo, consultor de ecoeficiência da empresa.

A Sunew investiu mais de R\$ 100 milhões, nos últimos 10 anos, para oferecer ao mercado o filme fotovoltaico OPV, painel solar orgânico, cuja característica é a baixa demanda energética. “Temos a mais baixa pegada de carbono, de 10 a 20 vezes menor do que as tecnologias solares tradicionais”, diz o CEO, Tiago Alves. Segundo ele, por sua capacidade de produção de 600.000 m² por ano, a empresa detém mais de 80% de participação de mercado no mundo.

Maurício Salla, executivo da Crowe, que atua na indústria de energia, informa que a empresa alocou em pesquisa US\$ 500 mil neste ano, para lançar, no segundo semestre, soluções que possibilitam às organizações redução de Gases de Efeito Estufa (GEE).

A Vestas, produtora de turbinas eólicas, pretende reduzir a pegada de carbono da empresa em 55% até 2025 e a de seus fornecedores em 45% até 2030, segundo Rogério Zampronha, presidente da companhia.

Empresas de consultoria também registram demanda maior na área ambiental. Roberto Gonzalez, consultor da iBlue Zone, destaca que as preocupações ambientais já chegaram ao cidadão comum. Ele cita o exemplo dos caminhoneiros que estão instalando placas solares em seus veículos; com isso, aumentam a vida útil da bateria e podem utilizar por mais tempo o climatizador sem precisar ligar o veículo.

Soluções para integração da sustentabilidade nas corporações foram responsáveis por elevar em 70% o faturamento da Way Carbon nos últimos três anos, segundo seu diretor de negócios Felipe Bittencourt.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 31/03/2020****Seção: Editorial****Autor:****Título: A pandemia e os paradigmas energéticos**

Ante o impacto do novo coronavírus, a Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês) vem revendo as perspectivas e estratégias para o setor. Numa série de artigos recém-publicados, a IEA aponta três aspectos críticos: a eletricidade é mais indispensável do que nunca; a energia limpa deve estar no coração dos pacotes de revitalização da economia; e a turbulência aprofunda os desafios para os produtores de gás e petróleo. Neste momento, centenas de milhões de pessoas estão confinadas em suas casas, recorrendo à rede digital para fazer seu trabalho, abastecer sua família e se entreter. Os sistemas hospitalares tentam aumentar sua capacidade de atendimento e, sobretudo, a oferta de respiradores artificiais. Os governantes precisam garantir uma rápida comunicação com os cidadãos.

Tudo isso depende do suprimento de eletricidade. Apesar disso, a demanda de eletricidade declinou 15% em razão da pausa nas fábricas e serviços. Rupturas bruscas no equilíbrio entre a oferta e a demanda podem provocar blecautes. A crise serve para lembrar os governos da necessidade de investir na flexibilidade dos sistemas, garantindo a sua resiliência em condições extremas. A combinação da pandemia com a volatilidade dos mercados tende a distrair a atenção dos gestores, empresários e investidores das tecnologias renováveis – solar, eólica, hidrogênio, baterias e sequestro de carbono. Mas elas devem ser centrais nos planos de governo porque podem trazer os “benefícios gêmeos” de estímulo às economias e aceleração da transição para energias limpas. O progresso na transformação da infraestrutura não será temporário e fará diferença para o futuro. O maior choque ocorre no setor de petróleo e gás.

A demanda está colapsando enquanto a oferta, já superabundante, cresce expressivamente. Em alguns países, esta é uma fonte vital para os orçamentos nacionais. A crise expõe os riscos associados a economias pouco diversificadas, baseadas nos preços voláteis das commodities. O impacto da pandemia serve para lembrar que mudanças no setor de energia são parte fundamental no desenvolvimento de economias mais produtivas, inovadoras e sustentáveis. O processo é complexo, mas um setor de energia eficiente pode ser um ativo durável para a cadeia de produção, fornecendo parte do capital e do knowhow necessária para um crescimento diversificado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 31/03/2020**Seção:** Colunas**Autor:** Sonia Racy**Título:** Mosqueteiros?**Direto da fonte**

Octavio de Lazari, do Bradesco, Cândido Bracher, do Itaú, e Sérgio Rial, do Santander, enviaram mensagens de agradecimento à direção da Vale pelo apoio de logística e infraestrutura para que as três instituições conseguissem importar 5 milhões de testes rápidos do coronavírus, tomógrafos e respiradores. Que serão doados para o Ministério da Saúde. Se não fosse a ajuda dada pela Vale, que tem presença de décadas no mercado chinês, essa agilidade teria sido muito menor.

.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 31/03/2020**Seção:** Editorial**Autor:****Título:** Dispersão de energia

Bolsonaro dá alguma autonomia às alas mais sensatas do governo, mas sabota seus esforços

O mês de abril, que começa nesta quarta, é o período que vem sendo considerado pelos epidemiologistas como o mais crítico para a disseminação do novo coronavírus no Brasil e seu conseqüente impacto no sistema de saúde do país.

O governo decretou estado de calamidade pública no dia 20 passado, mas até agora não logrou obter uma ação coordenada.

Quatro dias antes, um colegiado com o nome de Comitê de Crise para Supervisionamento e Monitoramento dos Impactos da Covid-19 fora montado, em nível ministerial, apenas para ser esvaziado.

No meio tempo, o que se viu foi o presidente Jair Bolsonaro agarrar-se ao papel de garoto-propaganda de uma forma perigosa de negacionismo da gravidade da doença.

A cena deprimente do mandatário máximo entre comerciantes do Distrito Federal no domingo (29) é nova marca de um período em que ele se dedicou a fazer pirraça contra a comunidade científica ao chamar as medidas de isolamento social de exageradas.

Sem amparo técnico, distribuiu a setores do governo a ordem de defender o dito isolamento parcial, que não tem histórico de funcionalidade no mundo até aqui.

Convocou em rede nacional a população a exigir o direito de ir trabalhar, mesmo que sob risco de contaminação. Até uma campanha publicitária foi ensaiada.

No meio da balbúrdia, algumas vozes no plano federal tentam dar racionalidade à gestão da crise, a começar pelo ministro Luiz Henrique Mandetta, da Saúde.

Ele é reconhecido por governadores como o único elo com a União no processo decisório. Sua atuação, contudo, mostra-se mais difícil a cada dia. Após pedir comedimento ao chefe na véspera, foi atendido com a exibição de domingo.

No campo econômico, que representa o outro eixo de ações emergenciais na calamidade, o ministro Paulo Guedes parece ter organizado melhor as ações após o episódio da medida provisória que permitia a dispensa de funcionários sem salário por quatro meses, revisada logo em seguida.

Seu pacote de medidas ainda avança aos solavancos, mas está claro que sua pasta reconhece a gravidade da situação e não endossa a pauta doidivas do Planalto.

Na área política emerge a voz dissonante do vice-presidente, o general Hamilton Mourão. Em entrevista à Folha neste domingo, ele demonstrou ponderação ao tratar da conjuntura, com os devidos cuidados para não confrontar abertamente Bolsonaro.

Ao mesmo tempo em que dá alguma autonomia às alas mais sensatas do governo, o presidente sabota seus esforços. O arranjo, talvez o possível a esta altura, implica enorme dispersão de energia.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 31/03/2020

Seção: Mercado

Autor: Bernardo Caram e Ricardo Delta Coletta

Título: Com crise, governo adia leilões de energia elétrica

Ministério atribui medida a 'excepcional mudança de hábitos de consumo'

Brasília- **O Ministério de Minas e Energia** anunciou nesta segunda (30) adiamento de leilões de geração e transmissão de energia elétrica por causa da crise provocada pelo novo coronavírus. Novas datas não foram marcadas.

De acordo com a pasta, empresas do setor foram surpreendidas “pela excepcional mudança de hábitos de consumo da sociedade” diante da pandemia.

“Não se trata de cancelamento, mas de uma postergação, haja vista a confiança que se tem na retomada da atividade econômica, assim que normalizada a situação de saúde pública”, afirma o ministério, em nota.

Segundo a pasta, as perspectivas econômicas serão reavaliadas para definir se os certames serão feitos ainda neste ano. Preocupações com fatores como câmbio e custos de captação de recursos vinham levando consultores a defender uma mudança no cronograma das concorrências, que atraíram intenso apetite de investidores nos últimos anos, mesmo em meio à recente recessão.

Entre os certames adiados estão um agendado para 30 de abril (A-4/A-5), que contrataria termelétricas a gás e carvão, e uma licitação de concessões para novos projetos de transmissão em junho.

Também estão na lista os leilões conhecidos como A-4 e A-6, para novos empreendimentos de geração, e pregões para soluções de suprimento a sistemas isolados.

A postergação estava no radar do governo desde ao menos a semana passada, quando o ministério pediu à Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) que adiasse a aprovação dos editais para leilões de térmicas e de transmissão.

Entre especialistas, a avaliação é de que as incertezas macroeconômicas geradas pela propagação do coronavírus prejudicariam principalmente projetos de geração renovável, como usinas eólicas e solares, que importam boa parte dos equipamentos.

Mas a tensão no mercado poderia também prejudicar o resultado de leilões de transmissão, o que geraria custos adicionais para o consumidor. O último leilão de projetos de transmissão, em dezembro, registrou deságios recordes na receita teto oferecida aos investidores, de 60%.

Com Reuters

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 31/03/2020**Seção:** Mercado**Autor:** Nicola Pamplona**Título:** Empréstimo pode ser solução, dizem distribuidoras

Rio de Janeiro- O governo negocia com distribuidoras de energia uma solução para os problemas financeiros gerados pela queda no consumo

de eletricidade e as perspectivas de aumento da inadimplência. Uma das propostas na mesa é um empréstimo às empresas, como o negociado durante a crise de 2014.

A situação é agravada pela queda do preço da energia no mercado livre, que amplia as tensões entre geradores e clientes. Nesta semana, o PLD (preço de liquidação de diferenças), que baseia as negociações de curto prazo, atingiu o piso de R\$ 39,69 no país.

“Nós não podemos continuar com a situação sem solução”, diz o presidente da Abradee (Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica), Marcos Ma-dureira. Segundo ele, o ideal é que uma proposta de ajuda ao segmento seja definida ainda nesta semana.

As distribuidoras compram boa parte da eletricidade que vendem em contratos de longo prazo, definidos com base em expectativas de consumo. Com a queda abrupta na demanda após o início das medidas de isolamento para enfrentar o coronavírus, se viram com energia sobrando.

A combinação entre menos dinheiro entrando e necessidade de cumprir contratos de compra resulta em rombo nas finanças. Situação semelhante ocorreu após a crise de 2014, quando a solução encontrada foi um empréstimo de R\$ 21,2 bilhões.

O pagamento da dívida foi feito por meio de uma taxa adicional na conta de luz, cobrada até setembro de 2019, quando o governo renegociou a dívida e antecipou o saldo restante. Madureira diz que o modelo já é conhecido e funcionou na época.

Ele afirma, porém, que ainda não há definições. A proposta de onerar a conta de luz encontra resistência entre grandes consumidores. “O consumidor quer participar da discussão, antes que se tome a decisão de lançar mais um encargo para ele no futuro”, diz o presidente da Anace (Associação Nacional dos Consumidores de Energia), Carlos Faria. “Todo mundo tem que pagar essa conta.”

Um eventual empréstimo é opção para resolver os problemas no mercado cativo, onde está o consumidor residencial. No mercado livre, que concentra indústrias e grande comércio, a queda de consumo na crise alimenta outras discussões.

De um lado, com menos clientes ou fábricas fechadas, distribuidoras e compradores já falam em decretar força maior nos contratos de compra de energia com as geradoras. De outro, consumidores questionam a manutenção de valores pagos pelo uso da rede de distribuição mesmo com queda do consumo.

“Vamos ficar 90 dias sem faturar, sem poder mandar funcionário embora e pagando os mesmos valores às distribuidoras”, diz o superintendente da Abividro (Associação Brasileira das Indústrias de Vidro), Lucien Belmonte. “É um tipo de posição que vai levar à judicialização.”

Belmonte reclama da falta de interlocução com o governo e com as distribuidoras para avaliar alternativas.

Na semana passada, o Operador Nacional do Sistema Elétrico reviu a projeção de consumo de energia para 2020, passando de crescimento de 4,2% para queda de 0,9%, reflexo do esperado tombo na atividade econômica durante a pandemia.

Segundo a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), em uma semana o PLD caiu 80% na região Sul e 62% nas regiões Sudeste e Centro-Oeste.

VEÍCULO: O Globo

Data: 31/03/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Eletrobras e Petrobras vão testar seu pessoal

Esses 10 milhões de testes rápidos chineses para a Covid-19, que começaram a chegar ontem, serão distribuídos ao pessoal de saúde dos estados. Não há kits suficientes para testagem massiva, como fez em grande parte a Coreia do Sul, o que permitiu com sucesso o isolamento de pessoas contaminadas que nem sabiam que estavam com o vírus.

Mas empresas que não podem parar, como a Eletrobras e Petrobras, estão pensando, numa segunda etapa, testar todo o seu pessoal.

MME / ASCOM .